

Brumadinho: As primeiras contas do colapso da barragem

ECO Seguros
16 Outubro 2019



13



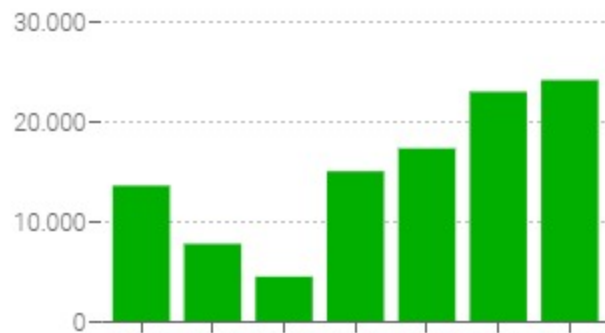
Riscos estavam dispersos por muitas apólices, seguradoras e operações de resseguro com intervenção de corretoras especializadas, mas com custos estimados de 4,5 mil milhões, muitos vão perder.



Os custos causados pelo colapso da barragem do Brumadinho, em Minas Gerais são duros. São 237 mortos confirmados e um prejuízo que deve atingir os 4,5 mil milhões de dólares.

Barragens no Brasil

Evolução do número de barragens registadas pelos órgãos fiscalizadores do Governo brasileiro



Fonte: Agência Nacional das Águas a 27/01/2019

[Sugestões?](#)

A Bradesco Seguros era apontada como uma das seguradoras mais expostas às consequências da tragédia, mas fonte da companhia garantiu que o rompimento da barragem, “deve ter impacto imaterial para a seguradora do banco Bradesco”. Segundo Vinicius Albernaz, presidente da Bradesco Seguros, esta recorreu à Swiss Re Corporate Solutions, uma das resseguradoras que detém a apólice de danos materiais da mineradora, e que ainda é responsável pelo contrato de seguro de vida em grupo dos funcionários da companhia.

PUBLICIDADE

inRead invented by Teads



Barragem do Brumadinho, 25 de Janeiro: destruição ao longo de 10 km e centenas de mortos.

Grandes riscos como o de Brumadinho, disse o presidente da Bradesco Seguros à imprensa brasileira, são dispersos pelo resseguro: “a extensão desse tipo de evento tende a ser mitigado pela estrutura do resseguro que existe em ocorrências dessa envergadura. Não estimamos nenhum efeito material”, concluiu ele, Lazari informou ainda que a Bradesco Seguros enviou uma equipa no dia seguinte à tragédia para agilizar o atendimento às pessoas atingidas e a regularização do sinistro.

A imprensa brasileira apurou que o **seguro de danos materiais da Vale é liderado pela Chubb Seguros em parceria com a Mapfre e a Bradesco Seguros. O resseguro dos riscos está com o IRB Brasil Re em conjunto com mais 15 resseguradores. A imprensa brasileira reporta ainda que a Allianz Global Corporate & Specialty division (AGCS) lidera um consórcio de resseguradoras que assumiu alguns dos riscos relativos à barragem. A corretora é a Aon.**

O prejuízo para as seguradoras, segundo o site *Estadão/Broadcast*, pode chegar a 500 milhões de dólares, mas dos quais apenas 100 milhões devem ser realmente indemnizados pela indústria.

No caso da apólice de seguro de vida, como o valor é baixo, de cerca de 200 mil reais (cerca de 50 mil dólares) por pessoa, as indemnizações devem ser reforçadas pela apólice de responsabilidade civil (RC).

Em RC, a Vale tem apólice com cobertura de 400 milhões dólares para danos causados por barragens e mais 100 milhões de excesso contratado com a Allianz. O resseguro das seguradoras é no formato ‘intragrupo’. A corretora, neste caso, é a Willis.

Vale estima prejuízo entre 3,6 e 5,5 mil milhões de dólares

Segundo cálculos iniciais divulgados pelo *Broadcast*, o prejuízo total pode chegar a 4,5 mil milhões de dólares com a maior parte a suportar pela Vale, uma vez que o mercado de seguros impôs restrições depois da tragédia semelhante ocorrida em 2015 com a barragem Mariana, que causou 19 vítimas mortais, e cujo custo total ascendeu a 4 mil milhões de dólares, estando a maioria das indemnizações ainda por pagar.

Este valor da Brumadinho cabe no intervalo estimado pela própria Vale: entre 3,6 e 5,5, milhões de dólares a pagar nos próximos quatro anos. A empresa forneceu estimativas recentes sobre as necessidades financeiras para cobrir os prejuízos provocados pela queda da barragem e estas situam-se em 900 mil a 1,5 mil milhões de dólares ainda este ano, 1,5 a 2 mil milhões em 2020, 1 a 1,5 mil milhões no ano seguinte e 200 a 500 milhões em 2022, encerrando nessa altura as responsabilidades financeiras com o acidente.

O impacto destes prejuízos são relevantes, mas não dramáticos, para a empresa. Só para 2019 a Vale espera libertar fundos em *cash flow* entre 6,5 e 9,4 mil milhões e o EBITDA, resultados operacionais, deverão situar-se entre 10,8 e 12,9 mil milhões de dólares.

Neste momento, a Vale concordou pagar cerca de 107 Milhões de USD por danos morais coletivos e 186 mil dólares às famílias de cada uma das pessoas mortas no desabamento. No entanto, um repórter apurou que a vida de uma mulher de 51 anos terá sido valorizada em apenas 35 mil dólares em um pagamento único a favor dos filhos.

Barragem não estava na lista das 50 em risco de colapso

Cerca de 300 empregados da Vale estavam no prédio administrativo e no restaurante da Mina do Córrego do Feijão quando a barragem de resíduos do empreendimento se rompeu. A lama atingiu também o refeitório da Vale, que estava cheio de funcionários, estima-se 427, no momento do acidente.

Segundo a Vale, a Barragem I, Córrego do Feijão, que rompeu, estava em processo de descomissionamento, ou seja desativação. Antes tinha tido a finalidade de receber disposição de rejeitados provenientes da produção, mas atualmente já nem os recebia.

A barragem foi construída em 1976, pelo método de alteamento a montante, e foi adquirida pela Vale em 2001. Tinha 86 metros de altura e 720 metros de comprimento. Estima-se que em Minas Gerais existam mais de 400 barragens de rejeição deste tipo e que, delas, cerca de 50 apresentam riscos de colapso. A da Mina Córrego do Feijão nem fazia parte da lista de risco.

Só a Vale tem um total de 133 barragens de minério de ferro no país, sendo 105, localizadas em Minas Gerais. Além destas, tem 21 barragens no Pará e 7 no Mato Grosso do Sul.

A TUV SUD, auditora da estabilidade da barragem e que a tinha vistoriado em 2018, também deverá ser processada por danos ambientais e responsabilidade civil de empresa. No relatório da auditoria do ano passado, a consultora alemã havia demonstrado preocupações com a drenagem e a monitorização da barragem. Pelo seu lado a Vale afirma que seguiu todas as medidas de segurança requeridas na auditoria.